

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.375 - DF (2019/0119985-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : A C N G
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : R S F
ADVOGADOS : RODRIGO SIMÕES FREJAT (EM CAUSA PRÓPRIA) - DF008626
MARCELO BATISTA DE SOUZA - DF030893
WANDERSON FELIPE DE ANDRADE - DF052590

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por A C N G contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO AGRADO INTERNO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CUMPRIMENTO SENTENÇA EFEITO SUSPENSIVO PROBABILIDADE DIREITO DEMONSTRADA CONCESSÃO AGRADO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO SUSPENSÃO CNH PASSAPORTE ART 139 CPC POSSIBILIDADE QUEBRA SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL DILIGÊNCIAS ESGOTADAS CABIMENTO AGRADO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO DECISÃO REFORMADA (FL. 321). 1. A CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO RESTA CONDICIONADA À EXISTÊNCIA DE RISCO DE LESÃO GRAVE PROVENIENTE DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA AGRAVADA E À RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO DEDUZIDA. 1.1 NO CASO DOS AUTOS HÁ PROBABILIDADE DO DIREITO ALEGADO, ESTANDO CORRETA A DECISÃO QUE CONCEDEU O EFEITO SUSPENSIVO AO AGRADO DE INSTRUMENTO. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO. 2. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ESTABELECE QUE O JUÍZO PODE DETERMINAR MEDIDAS COERCITIVAS PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL. ART. 139, IV DO CPC. 2.1. NO CASO DOS AUTOS, O AGRAVANTE TENTOU SATISFAZER SEU CRÉDITO POR TODOS OS MEIOS TÍPICOS, SENDO TODAS AS DILIGÊNCIAS REALIZADAS INFRUTÍFERAS; ALÉM DISTO, HÁ CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA INDICANDO QUE O AGRAVADO TEM VIDA LUXUOSA, E QUE TODOS OS BENS QUE USUFRUI ESTÃO EM NOME DE TERCEIROS. 2.2. NECESSÁRIA A SUSPENSÃO DE CNH E PASSAPORTE COMO MEDIDA COERCITIVA AO PAGAMENTO DO CRÉDITO EXEQUENDO. 3. A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL É CABÍVEL SOMENTE NOS CASOS EM QUE ESGOTADAS

TODAS AS DILIGÊNCIAS CABÍVEIS, TAL QUAL O DOS AUTOS. PRECEDENTES. 4. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 5. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA (fls. 321/322).

Alega violação do art. 139, IV, do CPC, trazendo os seguintes argumentos:

O acórdão recorrido viola a interpretação do art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, que estabelece que incumbirá ao juiz determina as medidas indutivas e coercitivas para assegurar o cumprimento de ordem judicial.

[...]

Nessa perspectiva, ao que se convencionou chamar de medidas atípicas de cumprimento de ordens judiciais, a primeira premissa que se coloca é sua aplicação em ordem subsidiária à tentativa de esgotamento das medidas típicas. Logo vale dizer, os meios típicos de cumprimento de uma ordem judicial devem inicialmente serem testados para, uma vez frustradas suas tentativas, assim se legitimar o cumprimento de medidas atípicas.

Deve-se atentar que se de um lado se quer obter a tão reclamada efetividade e, do outro lado, se deve assegurar a preservação de garantias fundamentais, exatamente por força da atipicidade de observância de poderes-deveres do juiz, sejam coercitivos ou indutivos, que a margem de aplicação de tal medida deve ser amplamente fundamentada, tal qual impõe o art. 489, § 12, inciso II, do CPC.

O postulado da proporcionalidade reclama sua observância à luz do caso concreto. O que significa dizer que o poder-dever (art. 139, inciso IV do CPC), muito embora indeterminado, senão preenchimento pelo aplicador da norma consoante as circunstâncias do caso concreto, por tratar-se de violação as garantias fundamentais.

[...]

O Recorrido ao solicitar ao juízo de piso as medidas coercitivas atípicas (negadas na decisão de ID 6291297), sob o fundamento de esgotamento de todas as possibilidades de coerção típica e, ainda, que a Recorrente ostenta alta vida financeira, inexistem provas nos autos a corroborar com a informação.

Diante desse contexto fático, vê-se que é incontestável que os métodos coercitivos da decisão de ID 6309019, extrapolam princípios constitucionais como o direito de liberdade, da dignidade da pessoa e menor onerosidade ao devedor.

[...]

É evidente que, que as medidas coercitivas almejam dar fim a falta de efetividade real das execuções, evitando que as partes utilizem o poder judiciário para protelar débitos contraídos. No entanto, sua aplicação não deve ocorrer de forma indiscriminada, respeitando os direitos da personalidade do executado e, principalmente o direito de liberdade de ir e vir.

Portanto, conclui-se que no caso concreto deve ser observado que o processo de execução visa atingir o patrimônio e não diretamente a pessoa e,

dessa forma, as medidas coercitivas atípicas aplicadas não podem exceder além da esfera patrimonial da Recorrente (fls. 344/347).

É o relatório. Decido.

Assim entendeu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

No caso dos autos, o agravante tentou satisfazer seu crédito por todos os meios típicos, sendo todas as diligências realizadas infrutíferas.

Além disto, a certidão do oficial de justiça indica que o agravado tem vida luxuosa, e que todos os bens que usufrui estão em nome de terceiros, o que impede o pagamento da dívida.

Desta forma, necessário deferir as medidas coercitivas requeridas (fl. 327).

No caso dos autos o agravante demonstrou ter realizado as diligências possíveis com a finalidade de localizar bens ou valores do executado, sendo todas infrutíferas. Cabível, portanto a quebra do sigilo tal qual requerido (fl. 330).

Incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

